



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de História

História da África

Prof. Luiz Arnaut

Textos e documentos

A Revolução Congoleza

Alfredo Margarido¹

DA ALDEIA À ETNIA E AO ESTADO

O processo revolucionário que agitou o Congo tinha suas origens em um passado muito distante e evocava, ao mesmo tempo, tanto o processo de formação das populações de língua bantu e sua instalação no espaço político congolês, como o modo extremamente arbitrário com que as fronteiras políticas africanas eram impostas em Berlim, em 1885.

Certamente, na história do Congo há traços da formação de grandes Estados: bastará recordar o Reino do Congo, ou mesmo o Império Lunda, um representativo da costa, outro do interior. Mas estas formações foram enfraquecidas pelos conflitos provocados pelo colonialismo ou foram subjugadas pelas forças colonialistas. Já em 1895, não restava mais quase nada da antiga grandeza, embora, no Congo, as populações do antigo Reino não abandonassem a idéia de reconstruir a velha unidade política.

O desmoronamento das antigas estruturas políticas obrigou as populações a procurar novas soluções. A unidade política de base – a aldeia – retomou seus direitos, com o tradicional tipo de gestão caracterizado pelo domínio dos mais velhos sobre os jovens. Estes últimos eram obrigados a produzir para os primeiros: e isso não podia deixar de criar conflitos na medida em que iam se afirmando as leis do capitalismo, isto é, dos produtores independentes que podiam utilizar sua força de trabalho em um mercado livre.

É preciso, entretanto, notar que se esta unidade de base, a aldeia, se impunha por toda parte – na medida em que parecia possível nela encontrar refúgio – opondo desta forma uma certa resistência à expansão do capitalismo, um outro reagrupamento assumia importância: o das etnias. Este fenômeno se manifestava de forma muito nítida nas concentrações urbanas, nas quais os habitantes tinham tendência de se reunir segundo as origens étnicas, criando dessa forma mosaicos de extrema complexidade.

O conflito entre federalistas e os partidários do Estado unitário, tinha suas origens exatamente nessa história, na qual se uniam passado e presente. Mas, essencialmente, os defensores do federalismo procuravam restaurar os poderes tradicionais, baseados em um isolamento

¹ *Revoluções*. São Paulo: Editora Três, 1974. pp. 711-725.

econômico e político, a fim de reviver formas políticas bastante próximas do feudalismo europeu. Por outro lado, Lumumba defendia com vigor a unidade política congoleza que, a seus olhos, constituía a única forma de assegurar uma gestão eficaz do Estado, sem por isso negar as diferenças étnicas. Se há no pensamento de Lumumba uma certa reminiscência de Lenin, é claro que ele raciocinava em termos de grandeza, considerando que apenas um grande Estado unitário pode realizar as tarefas políticas e econômicas essenciais.

O objetivo se complica por causa do fato de que a maior parte das riquezas minerais congolezas se encontrava em Katanga, um território dominado pelas populações baluba e balunda. Isto constituía uma forte possibilidade de cisão que poderia ser facilmente utilizada por agentes estrangeiros. E realmente veremos que eles não deixaram de se manifestar, justificando, desse modo, indiretamente, as razões políticas de Lumumba. A luta de Lumumba traduzia uma concepção do Estado centralizador que comportava obrigatoriamente a própria submissão das etnias e das aldeias a uma administração central fortemente unitária, mas que, em compensação, permitia a organização de uma frente unida para lutar contra as tentativas de infiltração capitalista. É preciso lembrar que Lumumba pagou com a vida este sonho unitário – que parecia loucura aos olhos dos capitalistas internacionais –, o Congo conseguiu conservar sua integridade territorial, embora a gestão atual do Estado seja particularmente repressiva. As etnias voltaram ao primeiro plano, mas apenas pela via tortuosa da repressão. Seguindo o exemplo dos Estados ocidentais, o Estado congolês esmaga os grupos que estão impossibilitados de reagir.

O Congo, da descoberta ao século 20

A história do Congo, rebatizado há pouco de Zaire, está intimamente ligada à do colonialismo. Descoberto, em 1483, pelo navegador português Diogo Cão, durante dois séculos serviu de trampolim político aos portugueses, antes de cair em uma existência sombria, da qual emergiu apenas no século 19. As lutas das grandes potências para repartir a África terminaram apenas com a Conferência de Berlim, em 1885. O rei dos belgas, Leopoldo II, obtém a título pessoal, a criação do Estado livre do Congo, que ele anexará à Bélgica em 1908. Neste Estado livre, a velha história do Congo, de sua descoberta em diante continua nas formas mais diretas de exploração: o tráfico de escravos, a escravidão, o trabalho forçado, o saque das riquezas naturais, as torturas,

DA RESISTÊNCIA À INDEPENDÊNCIA

Mesmo se, depois dos combates do século 19, com os quais se tenta uma oposição à ocupação branca, o Congo parece aquietar-se, ele continua, todavia, percorrido por uma profunda corrente contestatória. Na impossibilidade de obter os meios para se opor às potências

colonizadoras que possuem armas de fogo, em particular a metralhadora e a dinamite, os congolese encontram, nos movimentos messiânicos e proféticos, formas particulares de resistência. À sociedade branca dominante opõe-se uma estrutura religiosa, cujos fins são essencialmente pragmáticos: recusa de pagar os impostos, destruição das culturas – principalmente das destinadas à exportação –, recusa de todo produto introduzido pelos brancos. Esta corrente atingirá seu apogeu com o aparecimento, em 1921, de Simon Kibangu, um bakongo que será imediatamente preso e exilado pelos belgas. Entretanto, eclodem outras lutas provocadas mais diretamente pela exploração capitalista, como a revolta dos bapende, que protestam contra a queda brutal – e por isso incompreensível – dos preços dos produtos agrícolas. Embora duramente reprimida esta revolta será um ponto de referência obrigatório para todas as formas de resistência futuras. Depois, em 1944, um primeiro amotinamento da Força Pública assume um caráter novo: a contestação agora dirige-se diretamente contra o poder central. A repressão será brutal, como é regra do colonialismo: cem amotinados são imediatamente fuzilados.

As conseqüências da Segunda Guerra Mundial e os movimentos dos povos negros

As conseqüências da Segunda Guerra Mundial se inserem em um outro contexto. O misturar-se de várias populações permitiu aos povos negros descobrir neles próprios um novo rosto, cujos traços se tornam mais nítidos com as vitórias dos japoneses contra os norte-americanos e ingleses e, depois, com a revolução chinesa que, embora repetindo a revolução russa de 1917, desenvolve-se em um quadro peculiar aos povos negros. Enfim, na mesma África, Ghana atinge a autonomia administrativa, pouco anterior à independência política de 1957. O Congo não pode ficar insensível a todas essas mudanças, ainda mais que a Bélgica não escapa às dificuldades da Europa no pós-guerra. No Congo, a frente comum, constituída pelas missões, pelas sociedades (Industriais, mineiras, agrícolas, comerciais) e pela administração começa a mostrar rachaduras e ameaça desmoronar. A política do Governo belga (socialista liberal) e as intervenções das igrejas em relação aos regimes coloniais mostravam aos colonizados as fraquezas e as incertezas do sistema colonial. As discussões que ocorriam na Bélgica repercutiam na África e não podiam deixar de, a longo prazo, empurrar o Congo para a via da independência.

Em 1956, um primeiro manifesto, chamado *La Conscience Africaine*, veio agitar ainda mais a calma aparente do colonialismo e mostrar a existência de um fermento nacional suficientemente forte, malgrado a modéstia das reivindicações que aquele texto apresentava. Realmente, ele apenas pedia que os congolese fossem associados aos belgas na gestão administrativa do país, sem que o problema político fosse colocado de modo explícito. Entretanto, no decorrer do próprio ano de 1956, a Abako (Associação dos Bakongo para a Unificação, a Conservação e o Desenvolvimento da Língua Kikongo – que havia sido fundada em 1950) publicava um contra manifesto que colocava o

problema em termos mais radicais e políticos. A partir daquele momento, começava a verdadeira prova de força entre a potência colonial e a massa dos colonizados. Os belgas, evidentemente, não podiam evitar o início da luta, pois era sua própria posição de preponderância que estava sendo posta em discussão.

As eleições de 1957

Em dezembro de 1957, as eleições permitiram sondar o humor das populações dos grandes centros. Em Léopoldville (hoje Kinshasa), a Abako venceu as eleições distritais, demonstrando dessa forma o papel de vanguarda dos bakongos sobre outros grupos étnicos que pareciam incapazes de realizar a unidade política contra o colonizador.

Nos distritos, os primeiros eleitos e os primeiros prefeitos mostram uma forte valorização de sua origem étnica. As associações tribais e os agrupamentos culturais, em substituição aos partidos políticos que ainda não podem surgir, mostram que os congolese – malgrado a falta de unidade política – estão mobilizados para expulsar os belgas. As divisões étnicas constituem uma realidade profunda que o colonialismo indiretamente reforçou e que terá um papel muito importante na evolução do Congo.

O problema dos “evoluidos”

Paralelamente, os movimentos políticos (e mesmo os parapolíticos) descobrem sem nenhuma dificuldade – à luz das experiências estrangeiras – que a assimilação dos *evoluidos* assim como foi praticada pelos belgas e pelos portugueses não apenas constitui um engano, mas pode transformar-se em uma verdadeira armadilha para os africanos. Levados a abandonar seus valores tradicionais, os congolese *evoluidos* não são realmente assimilados pela sociedade branca, mas permanecem em um espaço intermediário que os coloca simplesmente a serviço do colonialismo. E esta política foi desmascarada e denunciada. Além disso, os congolese procuram ampliar seu espaço político, situando-o em nível de conjunto do continente e ligando-o aos problemas internacionais, em um ângulo que deve muito à Conferência de Bandung de 1955 e às grandes reuniões internacionais dos povos negros. Mas, se alguns dirigentes descobrem o perigo implícito na afirmação étnica, eles não têm entretanto força suficiente para colocá-la em discussão. O perigo permanece absoluto.

Os motins de janeiro de 1959

Os motins de janeiro de 1959 assinalam o início do processo de descolonização. Eclodem depois da proibição de uma reunião da Abako com a qual as autoridades belgas contavam para prender o dirigente Daniel Kanza. A reunião degenerou rapidamente, dando lugar a manifestações e

a uma subsequente greve geral em Léopoldville, severamente reprimida pela Força Pública comandada por oficiais belgas.

A sublevação provava, porém, que os congolese não queriam mais saber da presença belga, e que precisava tomar rapidamente as providências para a independência.

A 13 de janeiro, uma mensagem do soberano reconhecia aos congolese o direito à independência, assim como a necessidade de uma rápida evolução *sem perigosas hesitações mas sem precipitações descontroladas*, frase que continha na realidade a esperança de retomar as rédeas do processo e de retardar o máximo sua conclusão.

Multiplicação dos partidos políticos e das outras organizações

A sublevação abriu, portanto, uma nova perspectiva, avalizada pela declaração real; com possibilidade de dar origem ao confronto político, os congolese multiplicam os partidos, as associações culturais e corporativas, as assembléias. O imprevisto florescimento destes movimentos é a expressão da grande necessidade do povo de se realizar politicamente, mas provoca também um notável risco de fracionamento.

A questão principal, entretanto, permanece: a divergência entre aqueles que vêem o futuro do Congo inserido em um contexto federal (Kasavubu com a Abako) e aqueles que aceitam apenas uma solução unitária (Lumumba com o MNC, Movimento Nacionalista Congolês). Se os primeiros pareciam retomar alguns temas implícitos na evolução histórica dos povos do Congo, os outros dão maior importância ao peso político do país.

A mesa-redonda de Bruxelas

Em janeiro de 1960, com a mesa-redonda de Bruxelas, é dado outro passo em direção à independência. Surgem divergências a respeito do dia em que entrará em vigor: os congolese propõem o dia 19 de junho; os belgas, uma data posterior. Finalmente, é marcado o dia 30 de junho.

As autoridades belgas estão bastante surpreendidas com uma frente comum tão homogênea, mas os capitalistas esperam cisões no interior dos grupos que lhes permitirão obter concessões no terreno econômico.

E é o que acontece, além do choque entre a tendência unitária, que triunfa e os defensores do federalismo, não completamente derrotados,

O discurso de Lumumba de 30 de junho de 1960

No momento da declaração de independência, a instabilidade das posições aparece evidente. Enquanto o rei dos belgas fazia o elogio de seu avô e considerava a independência uma concessão pessoal, enquanto Kasavubu assumia aquele tom discreto e conveniente a quem estava prestes a

receber uma graça, Lumumba enfrentava, abertamente, o problema político. Se, de fato, para Kasavubu, que havia pedido a independência para 1961, se tratava principalmente de encontrar um novo sistema de Governo que permitisse aos belgas e aos congolezes uma coexistência pacífica, Lumumba via a questão em termos de ruptura: os belgas eram os responsáveis pelos enormes sofrimentos dos congolezes e não era absolutamente possível levar em consideração a eventualidade de conservá-los em seus postos de comando. A independência não era uma simples reorganização, mas constituía principalmente uma ruptura, portanto uma mudança radical. A posição de Lumumba assumia, assim, um caráter revolucionário diante de um poder colonial que acreditava ter criado as condições para se manter e até mesmo continuar a se desenvolver.

Do amotinamento da Força pública à ruptura Kasavubu-Lumumba; a secessão de Katanga

Três acontecimentos de importância diversa assinalaram essas duas posições.

O primeiro, de 5 de Julho, opõe o corpo da Força Pública aos oficiais belgas que permanecem em seus postos. Fiéis às instituições, os observadores políticos o definiram como *amotinamento*; tratava-se, na realidade, de uma ação de descolonização conduzida com os únicos meios disponíveis no momento, que se conclui com a africanização dos quadros da Polícia.

O segundo é a proclamação da secessão de Katanga (11 de julho) sob a direção de Moise Tchombe, apoiado pelos colonos e pelas companhias mineradoras.

Isso demonstra que os europeus estavam decididos a jogar ainda com as divisões étnicas de forma a manter intacto seu domínio.

O terceiro acontecimento chega como um ralo em céu sereno: é a declaração de Kasavubu feita pelo rádio, a 5 de setembro, que anuncia as demissões de Lumumba e de seis outros ministros de seu Gabinete. Lumumba responde em língua lingala, pelo rádio, declarando não reconhecer mais a autoridade do presidente da República, Kasavubu, que não respeita o jogo das instituições democráticas.

Patrice Lumumba

Esta presença do lingala é reveladora da ambigüidade política congoleza. Quando há uma fratura entre a linguagem política oficial e a dos produtores, há também a impossibilidade de construir uma estrutura estatal estável. Para separar-se de Kasavubu, Lumumba utiliza a única arma politicamente válida: o apelo dirigido às massas na língua quotidianamente familiar.

E é o Lumumba de origem camponesa quem ainda ocupa o palco. Nascido a 2 de julho de 1925 no território dos Katak-Kombe, pertencente à etnia tetela, Lumumba frequenta as escolas dos missionários sem poder chegar mais longe, pois as perguntas que ele dirige a seus professores são

embaraçantes. Obrigado a procurar trabalho, aos 13 anos é minerador. Mas, paralelamente, ele procura os conhecimentos e as informações que lhe permitam colher e utilizar os frutos da cultura ocidental que constitui a base do *poder pálido* que esmagava, explorava e aviltava os congolezes. Consegue ser admitido em uma escola de administração e se tornar funcionário dos correios em Stanleyville. Mas deverá descontar 18 meses de prisão, acusado de peculato. Em 1957 começa a trabalhar em uma fábrica de cerveja de Léopoldville, da qual se tornará diretor comercial. Já em 1958, forma – junto a Ileo, Kalonji, Aduli e outros o MNC, no interior do qual, em 1959, ocorre uma cisão; Lumumba abandona então sua atividade comercial para se encarregar da orientação desta ala do MNC que toma o nome de MNC-Lumumba, para se diferenciar da ala dirigida por Kalonji.

Seu itinerário político é, portanto, rápido e até mesmo fulminante.

Como isso aconteceu? Lumumba havia compreendido – analisando a situação congoleza e através de raros encontros com outros dirigentes africanos – que era necessário um plano radical para libertar o país dos belgas. Não bastava ficar no plano da simples independência formal, com hinos e bandeira, assembleias e ministérios. Era preciso ir mais além, assegurando uma unidade congoleza que superasse as divisões étnicas: e isso era impossível sem a eliminação da presença belga. Não se podia sequer conceber qualquer tipo de divisão de responsabilidades. Para chegar a esta exclusão total do dominador era necessária uma mobilização nacional total e o desaparecimento das divisões que haviam aparecido ou aprofundado pela potência Colonial. O projeto de Lumumba aparece portanto como nacionalista, mas de um nacionalismo que implicava na autonomia da gestão do poder e das soluções econômicas próprias desse modo, o procedimento lógico dos revolucionários europeus, de Kautsky a Lenin.

Toda a sua atividade é em função desses objetivos. E, simultaneamente, sua linguagem se radicaliza, não deixando nenhuma esperança ao neocolonialismo. A partir desse momento, Lumumba está condenado. A secessão de Katanga coloca em discussão o próprio princípio da unidade territorial, étnica e política; a ação de Kasavubu retira-lhe qualquer poder. Ele se encontra dessa forma à mercê das forças que pretendem obter o controle do Congo. O sacrifício de Lumumba se torna de tal modo inevitável que ele próprio toma consciência disso, como recorda seu amigo Thomas Kanza: *é necessário que um de nós se sacrifique*.

A 10 de outubro, Lumumba é posto em prisão domiciliar, sob controle do Exército Nacional Congolês (ENC) e sob a proteção da ONUC (Organização das Nações Unidas – Congo, cujo corpo expedicionário havia chegado ao Congo em julho, para pôr fim à secessão de Katanga). A 24 de novembro, Lumumba procura chegar a Stanleyville (hoje Kisangani) e reiniciar a ação política, mesmo sabendo que, relançando o tema da independência real do Congo, ele tinha muita possibilidade de se tornar um mártir. Capturado pelas tropas de Mobutu a 19 de dezembro,

Lumumba é torturado antes de ser morto a 17 de janeiro de 1961 por homens que obedeciam a ordens de Mobutu e de Tchombe que, por sua vez, agiam por conta das grandes companhias belgas e norte-americanas. Com ele desaparecem também dois de seus amigos e também partidários da independência congoleza: Okito e Mpolo.

LACERAÇÕES E CONTRASTES

Neste momento, os companheiros de Lumumba, partindo de Stanleyville e de Bukatu, tentam restabelecer um Governo nacional autônomo. Tentam ocupar, do Norte, o Katanga com o apoio dos baluba, inimigos dos balunda e aliados de Tchombe. A situação se complica, pois desde a constituição do Governo de união nacional de Cyrille Adula, existem no Congo: um chefe de Estado em Léopoldville, reconhecido pela ONU, mas contemporaneamente um colégio de comissários em conflito aberto com esta organização internacional; em Stanleyville, um Governo Gizenga-Obenye que atua baseado na legitimidade lumumbista decorrente da concessão a Lumumba dos plenos poderes por parte do Parlamento a 13 de setembro; em Ellsabethville (hoje Lubumbashi), um Estado em secessão, o Katanga, pronto a desempenhar o papel de fator de um novo Congo confederado e que faria pender a balança do poder político, tradicionalmente ligada ao Atlântico, em favor do interior; finalmente, em Bakwanga, um Estado exclusivamente construído sobre as jazidas de diamantes, mas sem nenhuma possibilidade de sobrevivência.

As críticas ao novo regime

E começam a surgir fortes críticas a este aparato político nascido com a independência: ele é definido como *uma segunda forma de escravidão*, um neocolonialismo inaceitável. O assassinio de Lumumba denuncia a cumplicidade de Mobutu e de Tchombe, das classes políticas de Léopoldville e de Elisabethville com o neocolonialismo e, portanto, com o imperialismo norte-americano. Ao mesmo tempo, as desastrosas condições de vida das populações são uma prova do fracasso da independência.

Os comportamentos práticos

A mobilização das massas associa, portanto, e muito intimamente, os problemas políticos aos práticos. As massas denunciam a miséria em que vivem, comparando-a com a vida confortável e às vezes luxuosa dos ministros e dos funcionários. Estes são acusados de se separar do povo: o uso de carros de luxo, a vida nas casas dos antigos colonos são vistos como uma afronta e um abuso.

Todos os ricos – afirmam os militantes – *devem sua riqueza ao comércio antipatriótico com os europeus, os norte-americanos e todos os outros*. A justiça social torna-se, portanto, o objetivo

principal, o sonho e o mito que incitam as massas, principalmente porque a desigualdade cresce constantemente, devido à incapacidade da economia local de responder às exigências do país.

O repúdio às autoridades tradicionais e à administração

A radicalização dos estados de ânimo é revelada pela atitude da população diante de toda e qualquer autoridade. Não é apenas a administração que é acusada, mas também as autoridades de direito consuetudinário. Essas, utilizadas pelos belgas para mascararem a verdadeira fonte do poder, são agora utilizadas pela nova burguesia congoleza para controlar as massas, anestesiando-as e afastando-as da verdadeira situação do país. A perda de crédito nascia do fato de que o Estado havia levado primeiro à desconfiança, depois à contestação. Se eles, com seus incontáveis cúmplices, eram um imenso polvo, as autoridades de direito consuetudinário eram seus tentáculos. Atacar os primeiros significava também destruir os outros.

A partida das forças da ONU modifica a situação

No fim de 1963, interveio um elemento, aparentemente insignificante, que assumirá uma notável importância. A progressiva retirada das forças da ONU, que se insere em um contexto absolutamente normal, parece enfraquecer o regime. Parece evidente que as autoridades de Léopoldville não podem sobreviver sem a garantia da ONU contra todas as tentativas de revolta das massas. O desaparecimento destas tropas é interpretado, portanto, como uma fraqueza e a mobilização armada recebe um notável impulso.

A ação dos guerrilheiros de Kwilu

Em uma nação como o Congo, que procura seu caminho sem ter conseguido encontrá-lo, os acontecimentos ocorrem muito rapidamente. Pierre Mulele, ex-lugar-tenente de Lumumba, volta ao Kwilu no fim de Julho de 1963, e a 2 de agosto, um encontro clandestino reúne os cinco homens que serão os chefes da guerra de guerrilha: Pierre Mulele, Théodore Banguola, Thomas Mudwidi, Léonard Mitusiti e Félix Mukulungu.

Por que escolheram justamente o Kwilu? Para responder a esta pergunta, é preciso levar em conta situações e relações muito particulares entre os bapende e o Governo.

Esmagados durante a rebelião de 1931, os bapende esperavam sempre ser libertados; entre 1959 e 1982, uma seita político-religiosa chamada *mpeve* (espírito), que se propunha libertar de eventuais obstáculos o caminho para a independência, havia se desenvolvido extraordinariamente. Esta seita prometia que na própria noite da proclamação da independência, que assistiria à volta dos antepassados, a população se tornaria rica como haviam sido os brancos que, por sua vez, teriam desaparecido definitivamente.

Se há aqui uma fusão, de resto muito típica, entre valores tradicionais e novas concepções, a ação é essencialmente orientada para os primeiros; de fato, os antepassados aqui desempenham um papel político fundamental, mas o ponto mais importante é constituído pelo desaparecimento dos brancos, que representa a eliminação da desigualdade que eles haviam instaurado.

Porém, os bapende ficam desiludidos quando, na noite de 30 de junho não só os antepassados não voltam, como os brancos, os missionários particularmente, continuam atuando. As discriminações são mantidas ou até mesmo reforçadas pela nova administração.

A seita, entretanto, reconquistará terreno em 1962, quando seus dirigentes, muito próximos das massas, as incitarão a não pagar os impostos e a boicotar a política do Governo, a se opor radicalmente ao Estado. Em outras palavras, os bapende haviam chegado, depois de um período de reflexão, à conclusão de que não só a independência não havia trazido nenhuma modificação, mas, ao contrário, havia piorado a situação. Portanto, o Estado, este Estado dos africanos, dos congolese, havia se tornado o obstáculo, o adversário que precisava ser eliminado.

Por esse motivo, quando Mulele e seus companheiros estabeleceram suas bases no Kwilu, encontraram um terreno particularmente favorável e compreenderam que, então, não era mais possível combater nas cidades e que as novas forças estavam concentradas nos campos.

O campo contra as cidades

A primeira fase da contestação do sistema colonial havia sido principalmente urbana, embora a população rural tivesse também participado ativamente. Realmente, os dirigentes, quase todos funcionários viviam na maior parte nas cidades. Isso demonstra como o primeiro ataque à administração colonial foi desferido pela burguesia africana que, ao lado dos projetos de independência, preparava também sua ascensão político-social.

Ao contrário da primeira, a segunda fase da contestação, desta vez atinge tanto os brancos como o novo Governo, parte essencialmente do campo. São os camponeses que vêm na cidade o maior adversário, o centro de decisão que deve ser reformulado para garantir uma nova gestão do Congo. Esta escolha induz mais uma vez os lumumbistas a procurar nos campos as forças necessárias para influenciar a política congolese.

A guerra de guerrilha parte à conquista do Congo

Eis, portanto, os dirigentes da guerrilha prestes a resolver uma ação definitiva.

O Governo da Província do Kwilu se reúne, a 3 de setembro de 1963, para tratar do *problema Mulele*. O ex-ministro se torna, portanto, a figura mais importante do movimento revolucionário e o Governo, tendo recebido informações sobre os campos guerrilheiros que estavam se formando, começa a temer ulteriores desenvolvimentos. A 30 de setembro, os partidos

nacionalistas realizam uma assembléia extraordinária, e a 2 de outubro formam o CNL (Conselho Nacional de Libertação) que tem o objetivo de coordenar as iniciativas políticas e militares. De sua parte, o Governo da Província recorre à única defesa que lhe resta; a 25 de outubro decide por unanimidade colocar a cabeça de Mulele a prêmio, prometendo a recompensa de 500 mil francos (1 milhão de cruzeiros) *para a pessoa ou grupo que conseguir prendê-lo e conduzi-lo à autoridade judiciária*. O dia 21 de janeiro de 1984 assinala o início do que foi comumente definido como *insurreição* geral e que de fato é uma *guerra de guerrilha*.

Os guerrilheiros se lançam ao ataque das missões religiosas na semana entre 22 e 30 de janeiro; no primeiro dia, três religiosos belgas são massacrados em Kilembê (500 quilômetros ao Norte de Kikwit) e, no dia seguinte Irene Ferrell, missionária batista norte-americana, é morta em Magungu por uma flechada: os ataques são dirigidos principalmente contra os missionários, mas também contra funcionários congolese.

Na noite entre 1 e 17 de maio, os guerrilheiros, comandados pelo coronel Bidaliva, passam à segunda fase da ação, conquistando Uvira aos gritos de *Mulele maie*. É a primeira de uma longa série de vitórias militares. A 23 de maio, os rebeldes obtêm um novo sucesso, apoderando-se de um avião de reconhecimento da ONU que havia sido obrigado a uma aterrissagem forçada.

Este fato foi interpretado simbolicamente e se transformou numa prova do poder dos elementos mágicos usados pelos guerrilheiros, o que os tornou ainda mais ousados, enquanto as forças do Exército congolês consideram esta magia como uma ameaça que os impede de reagir.

Isto explica como a ocupação de Fizi, a 27 de maio, ocorrera sem derramamento de sangue, pois as forças governamentais se colocam em fuga. Nesta região aparece, no mês de junho, o termo *simba* (leão, em swahili), que ficará sendo símbolo do movimento guerrilheiro.

A guerra se amplia

Mas as lutas não disseram respeito apenas aos mbunda e aos bapende; a guerra destina-se realmente a se ampliar porque a independência havia sido uma ilusão de tal forma que muitos congolese viam a volta dos belgas como uma libertação.

No Kivu, o princípio da revolta ocorreu um pouco mais tarde, para dizer a verdade, a organização das frentes guerrilheiras teve começo apenas com o início dos combates no Kwilu. O Kivu entrará na luta depois de alguns meses, uma vez que os soldados foram cuidadosamente treinados tanto física como ideologicamente. A 15 de abril eclodem desordens na planície de Ruzizi e posteriormente Bukavu é atacada por comandos de grupos juvenis.

De fato, a tomada de Uvira foi o elemento decisivo para a continuação das lutas e dos territórios conquistados. É a partir deste núcleo territorial que o movimento guerrilheiro se lança à conquista da metade do Congo, que se realizará em menos de três meses, de 15 de Julho a 15 de

setembro de 1964. Se na primeira fase o comando pertence aos chefes locais, depois da ocupação das cidades, verifica-se uma mudança brusca: Gaston Sumialot, que se havia estabelecido em Bujumburra, capital do Burundi, une-se à revolução em Uvira, durante o mês de maio, e o general Nicolas Olenga chega ao fim de junho em Albertville, enquanto Gbenye chega a Stanleyville nos primeiros dias de setembro.

Seria simplista afirmar que os chefes deste movimento revolucionário intervieram apenas depois dos primeiros sucessos importantes: mas de fato ele não poderia se ampliar nas mãos dos chefes locais, cujos programas não iam além das unidades políticas e mesmo étnicas locais.

O nacionalismo centralizado de Lumumba dá nova dimensão ao movimento guerrilheiro, que, ampliando-se e superando as divisões regionais e étnicas, se insere em um âmbito nacional, africano, internacional, e, sob o impulso das primeiras vitórias, parte para a conquista do Congo.

Conquista que ocorre rapidamente: a 26 de julho cai Kindu, capital de Maniema; a 4 de agosto é a vez de Stanleyville, capital do Alto Congo e a 19 de agosto de Paulis (hoje Isiro) capital de Uele; Lesala, Bunia, Lodja, respectivamente os centros mais importantes do Médio Congo, do Kibali Ituri e do Sankuru, são tomadas durante o mês de agosto e o início de setembro. De 21 capitais provinciais, sete estão nas mãos dos guerrilheiros e quatro províncias estão parcialmente ocupadas.

QUEM SÃO OS GUERRILHEIROS

A organização dos *maquis* de Mulele, que foi depois seguida por todos, baseia-se em três estruturas hierárquicas; 1) antes de mais nada, o grupo guerrilheiro acampado em uma aldeia ou uma clareira; ele é dirigido por um *presidente* ou chefe militar, auxiliado por comissários políticos e seus assistentes, além de um secretário, um feiticeiro ou às vezes simplesmente um curandeiro (um *nganga*, em boa parte das línguas bantu da região), um médico, um homem e uma mulher que se ocupam de todos os trabalhos domésticos do campo (substituídos todas as semanas) e um comandante *di postazione*; 2) acima, se encontram as direções e subdireções; no vértice, está a *central*, isto é, o próprio Mulele e seu quartel-general. Nisso deve ser destacado o papel importante da disciplina e o incipiente conflito entre os militares e os políticos.

As regras do movimento guerrilheiro

Apesar das negativas veementes de Gaston Sumialot, as regras do movimento clandestino inspiradas diretamente em Mao Tsé-tung, revelam um estudo muito aprofundado do modelo chinês e uma primeira tentativa de adaptação ao contexto africano.

E as próprias regras são extremamente reveladoras:

- 1) respeite todos os homens, também os homens rústicos;

- 2) compre os objetos dos camponeses, com toda honestidade e sem furto;
- 3) restitua os objetos emprestados, logo e sem dificuldade;
- 4) pague os objetos que você destruiu e com boa vontade;
- 5) não bata e não injurie outrem (= outras pessoas);
- 8) não destrua e não pise (= não caminhe sobre) os campos dos camponeses;
- 7) respeite suas mulheres e não se divirta com elas como gostaria;
- 8) não faça sofrer aqueles que vocês prendem durante as lutas (= não faça sofrer os prisioneiros de guerra)
- 9) não confisque e não tome seus bens (= objetos) pessoais, por exemplo, anéis, relógios e outros objetos.

A própria simplicidade do texto, que chega a repetir mais de uma vez o mesmo conceito ou a mesma palavra de forma que se possa entender mais imediatamente e mais completamente o significado das instruções, prova que não se trata de fazer teoria, mas de construir pragmaticamente um movimento e conduzi-lo até a existência de um novo tipo de relações e, portanto, de um novo tipo de estado.

Os simba a os valores mágicos

As práticas mágicas existiam anteriormente ao aparecimento dos *simba*, cujos primeiros sinais datam de junho de 1984. Mas os dois fatos aparecem intimamente ligados, pois os *simba* são um tipo particular de iniciados, de militantes, isto é, passados através de uma série de ritos destinados a reforçar seus poderes mágicos, impondo-lhes tabus.

Há, portanto, uma relação muito estreita entre as forças mágicas e a importância dos tabus, que dizem respeito não só ao vestuário, mas também à alimentação e principalmente às atividades sexuais, sendo as mulheres praticamente proibidas. O mundo inteiro conserva a imagem do aspecto heteróclito, para não dizer pior, deste exército; as descrições dos *simba*, de fato, baseiam-se em seu aspecto estranho: *eles usam pele de leopardo na cabeça, o rosto é pintado de vermelho, de uma cor chamada ngula e picotado de pontos brancos. Tem o dorso nu e folhas cruzadas sobre o peito. Calças curtas e pés nus. Nenhum uniforme, grande pobreza. Alguns usam um pedaço de uniforme da ANC e fuzis, mas têm igualmente o dorso nu. Chegam em pequenos grupos, ritmando o grito de Mulele maïe! Mulele maïe! A pé e correndo.*

Este *Mulele maïe* quer dizer que os projéteis do inimigo são água e que, portanto, eles estão a salvo de qualquer ataque. Esta convicção, parte importante de sua força, encontra eco no adversário, tanto assim que os soldados do Exército nacional preferem evitar a luta a enfrentar os perigos das magias usadas pelos *nganga* dos *simba*.

O que importa igualmente constatar é que os *simba* recorrem a formas religiosas tradicionais, evidentes no ritual da iniciação – a iniciação *simba* – que dá origem a grupos formados apenas de iniciados, que evitam qualquer contato, qualquer relação com os outros. O peito nu prova a ausência de defeitos físicos e as duas cores à base da simbologia cromática dos povos bantu – o vermelho, símbolo do sangue, da violência, e o branco, símbolo das aves – relacionam-se ao sistema religioso tradicional.

A pele de leopardo é o emblema real por excelência, e todo homem que ocupa um cargo importante deve usá-la, enquanto a todos os outros é proibida. É tal a fé na força superior dos leopardos que 38 caçadores não podem matar com armas de fogo ou de ferro, mas só com armas de madeira, assim como não podem utilizar sua carne: esta deve ser queimada depois de ser retirada a pele.

“Rumo à ordem” A contra-ofensiva das forças governamentais

Mas já nos choques com alguns grupos étnicos, os guerrilheiros enfrentam os primeiros insucessos. Durante os meses de julho e agosto sofrem três graves derrotas diante de outras forças populares: em Mwenga, os guerrilheiros warena se opõem vitoriosamente, várias vezes, às ofensivas dos rebeldes; em Bukavu, os bashi de mwami Kabara provocam a derrota de Olenga entre 15 e 21 de agosto; no Lomami, os songe bloqueiam o acesso a seu território e impedem o avanço do Exército popular. A razão desta decadência parece ser o desmoronamento gradual mas inexorável da disciplina guerrilheira, e o recurso a uma violência repressiva que não conhece limites. As sentenças são cada vez mais arbitrárias e as execuções são precedidas freqüentemente por torturas desumanas ainda mais intoleráveis quando praticadas contra mulheres. Isto leva a população a resistir e as primeiras derrotas são devidas principalmente a uma perda de prestígio de parte do movimento.

Além disso, o Exército regular vive uma longa série de sucessos. A ofensiva se divide em dois períodos: o primeiro é caracterizado pela reconquista dos grandes centros urbanos onde os guerrilheiros haviam se instalado, com um controle cada vez mais eficaz das vias de comunicação que obriga as brigadas a permanecerem em seus territórios de origem e sem possibilidade de levar a termo ações importantes.

A 30 de agosto de 1964, o Exército regular reconquista, no Sul, Albertville e no Norte, Lisala, a 15 de setembro, valendo-se de um pelotão de *affreux*, mercenários recrutados na Europa e principalmente na África Meridional branca, na Rodésia, na África do Sul e talvez em Angola.

O momento mais grave ocorre com a ocupação de Stanleyville, que elimina o principal centro revolucionário e assinala a derrota definitiva da guerrilha.

No decorrer de 1965, ocorrerá o segundo elemento da ofensiva governamental: o bloco das fronteiras com os Estados que haviam fornecido bases aos guerrilheiros e seus chefes. Em março de 1965, estabelece-se o controle das fronteiras a Nordeste (Sudão e Uganda) e em outubro o dos confins orientais (Burundi, cujo primeiro-ministro havia sido assassinado pelos serviços secretos belga e norte-americano em janeiro, e Tanzânia) com a ocupação das margens do lago Tanganica e das regiões de onde o movimento havia tomado impulso (Uvira e Fizi).

O porquê da derrota

Ela é antes de tudo técnica e, portanto, política; os guerrilheiros não conseguiram criar uma organização administrativa indispensável ao desenvolvimento da economia. Paralelamente, o constante retorno às divisões étnicas impediu uma administração unitária, capaz de gerir a produção e as modificações econômicas.

O movimento não pôde, portanto, enfrentar adversários que gozavam de maior disponibilidade econômica e que contavam com uma assistência militar que faltava quase que completamente à guerrilha. O Governo congolês era sustentado com empenho pelas potências ocidentais, indiscutivelmente pela Bélgica, mas também pelos Estados Unidos que pretendiam assegurar-se do controle tanto das riquezas do Congo quanto de sua posição estratégica.

Superando os belgas, os Estados Unidos procuravam meios de influenciar a África Meridional, pois tinham possibilidade de assumir contemporaneamente o controle de Ruanda e Burundi.

A decomposição dos grupos guerrilheiros ao nível étnico

Já foi dito que, em parte, o fracasso da ação guerrilheira foi devido à volta sistemática aos particularismos étnicos. Sob esse aspecto, o choque mais representativo se verifica entre os mbunda e os bapende. Em plena fase de retirada, a 29 de março de 1965, os dois povos se enfrentam violentamente em Mukedi. É uma confirmação do particularismo, mas, principalmente, é a prova da impossibilidade de realizar um projeto comum.

A decomposição ao nível político

Tal impossibilidade é sensível por toda parte, embora em abril de 1965 a Conferência do Cairo de dezenove chefes nacionalistas se encerre com a criação do CSR (Conselho Supremo da Revolução) do qual são, porém, excluídos os grupos dirigidos por Olenga e Gbenye. A resposta não se faz esperar e no fim do mesmo mês Obenye, em uma viagem pelo território congolês na região de Buta, controlada por unidades do Exército popular (APL) pessoalmente fiéis a ele, pronuncia um violento discurso de denúncia contra Sumialot e Olenga. Sem insistir nos detalhes, podemos

associar esta sucessão de acusações e denúncias ao assassinio, em uma rua do Cairo, do coronel Pakassa, a 2 de setembro de 1965.

As cisões são típicas dos exilados, que não possuem mais instrumentos práticos para resolver suas diferenças. Estas manifestam principalmente o naufrágio de uma séria tentativa de eliminar uma unidade política construída pelo colonialismo, fornecendo-lhe uma direção revolucionária. Mas denunciam também a impossibilidade de conduzir a bom termo a realização de um Estado centralizado sem o recurso a uma violência semelhante, senão superior do velho poder colonial.

O palco no está vazio

Historiadores e estudiosos políticos consideram que o movimento pode ser considerado encerrado a partir do momento em que os guerrilheiros se renderam em massa às forças da ANC

É o caso, por exemplo, do 16 de dezembro de 1966, quando um grupo de cerca de 800 guerrilheiros se passa de armas e bagagens para as forças governamentais. Com efeito, o palco parece esvaziar-se completamente quando, em outubro de 1968, Pierre Mulele, confiando nas afirmações de Bomboko, ministro dos Negócios Estrangeiros de Mobutu, retorna a Kinshasa e é preso, julgado e justicado com um procedimento judiciário sinistro. Tratava-se, para Mobutu, de fazer desaparecer qualquer traço de vontade popular. A condenação de Mulele à morte permitia-lhe demonstrar que ele era o mais forte e que não errava ao pretender tratamento excepcional. Depois, a 24 de março de 1969, desaparecia, quase em silêncio, Kasavubu. A vida política do Congo não dependia mais dos velhos politiqueros formados durante a colonização, enquanto a *Ábako* já estava integrada no aparato Estatal. Mas isso não elimina a vontade popular que continua a elaborar novas formas de contestação como prova, entre outras, a recente publicação em Paris, do *Manifeste de la fraternité prolétarienne*, que dá nova vida aos projetos revolucionários. Particularmente, depois, os *simba* – elemento essencial da oposição a um poder cada vez mais neocolonial – reapareceram no momento dos massacres do Burundi. É verdade que estes *simba* perdem ainda, mas não há dúvidas de que o conjunto do Congo – e também o conjunto da África Central – é ainda percorrido por uma brisa revolucionária. A toupeira se entocou, mas não renuncia e procura no exemplo de Lumumba um novo ponto de partida e de superação.